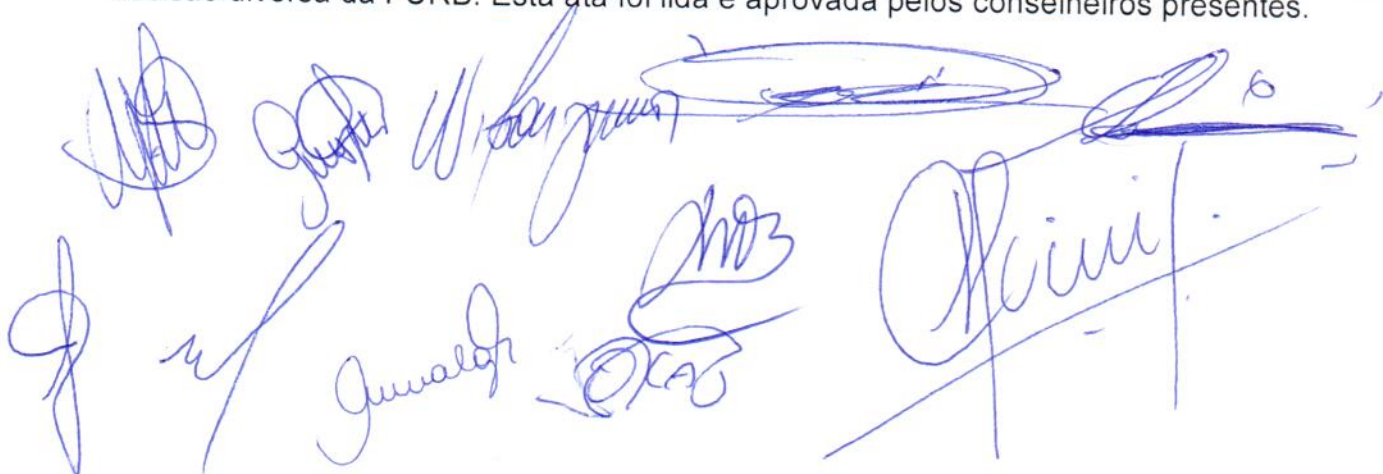


Ata Nº 531 – Aos doze dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, às duas horas e trinta minutos, na Câmara de Vereadores, iniciou-se a **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de Balneário Camboriú-SC**. Estavam presentes os seguintes Conselheiros: João Carlos Alves dos Passos, Marilene Severino Cardoso, Grasiela Aparecida Teixeira, Wilson Reginatto Júnior, Clóvis Nunes Ribeiro, Maria Helena Bittencourt, Elias Alcides Luciano, Douglas Aguirre, Nilton Dirceu Cachoeira Bleichvel, Ana Carolina Gomes da Silva, Josiane Hoepers. Pauta: Processo Eleitoral de Conselheiros Tutelares. O presidente iniciou explicando que a candidata a conselheira Tutelar, Eliete Silva de Oliveira, Bacharel em Direito, ganhou em segunda instância, Agravo de Instrumento nº 5001465-52.2019.8.24.0000/SC. A candidata entrou com recurso na questão número seis da Prova Objetiva – Fase 02 do Processo Eleitoral. A situação é que se anular a questão número seis da Prova Objetiva, mais candidatos poderão concorrer no processo. O candidato Paulo Edson Cavalcante de Oliveira também entrou com Mandado de Segurança nº 5003351-712019.8.24.0005/SC. O CMDCA tem três opções. Primeira Opção: O CMDCA não foi notificado ainda. Pode-se esperar a notificação, para então comunicar a – Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB. Segunda Opção: Cumprir estritamente o que diz o Acórdão. Colocando apenas a Sra. Eliete que ganhou no processo. E a Terceira Opção: Aprovar todos os candidatos que foram classificados, colocando-os na listagem dos números e liberando-os para fazerem campanha eleitoral, e no mesmo período realizar a Fase 03: Avaliação Psicológica e a Fase 04: Investigação Social. A conselheira Maria Helena colocou que a decisão é de segunda instância e que ir contra esta decisão neste momento não é aconselhável. O conselheiro Douglas levanta a questão do pouco tempo de campanha eleitoral destes candidatos que irão se classificar. O CMDCA após algumas discussões deliberou em aceitar a decisão para anulação da questão número seis da Fase 02: Prova Objetiva. O CMDCA entende que deve se dar por intimado de imediato, acatando a Decisão do Tribunal. O CMDCA entende que todos os candidatos que acertaram a referida questão, estão aptos a dar continuidade as demais fases do Processo Eleitoral, devendo a FURB emitir nova lista dos candidatos aptos. Tendo em vista os prazos eleitorais já terem sido iniciados o conselho decide por liberar os números de campanha e iniciar o processo de cadastramento eleitoral dos candidatos informados pela FURB. Ficou decidido ainda publicar uma Resolução alterando o Edital nº002/19, nas seguintes datas: Avaliação Psicológica, dia vinte e dois de setembro no Centro Educacional Municipal Presidente Médici e Investigação Social que será realizada até a data cinco de outubro. As duas ações não podem trazer prejuízo para a Campanha dos nomes a serem divulgados pela FURB, deixando claro aos candidatos que a não aprovação em uma das duas etapas subsequentes, impedirá a continuidade da Campanha Eleitoral, conforme determinação da Lei Municipal nº1033/91. O número dos candidatos serão escolhidos por ordem alfabética e serão contínuos aos que já estão na disputa. A decisão do CMDCA é em função da determinação judicial, fato que não impede decisão diversa da FURB. Esta ata foi lida e aprovada pelos conselheiros presentes.

The block contains several handwritten signatures in blue ink, likely representing the council members mentioned in the text. The signatures are stylized and vary in length and complexity. Some are more legible, while others are more abstract. They are arranged in a somewhat horizontal line across the bottom of the page.